

Plano prevê redução de dívida interna

pública

Ministro garante que calote não está incluído nos planos para baixar gastos do governo

Sérgio Amaral/AE

RIBAMAR OLIVEIRA



BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, prometeu aos líderes dos partidos políticos,

com quem conversou na terça-feira, reduzir mais ainda as despesas do governo federal com juros da dívida interna. "Essas despesas já estão diminuindo e nós vamos adotar novas medidas para reduzi-las ainda mais". E em seguida esclareceu: "As medidas não passam por nenhum calote."

A promessa de Cardoso foi feita quando parlamentares mostraram indignação diante do anúncio de que a União gastará US\$ 10 bilhões com o pagamento de juros da dívida interna mobiliária — títulos públicos federais — em 1994.

Cardoso informou que o perfil da dívida está sendo inteiramente alterado e que, atualmente, mais da metade tem prazo superior a seis meses. A maior parte no início deste ano tinha prazo de no máximo 40 dias. O ministro

não informou que medidas adotará para isso.

Crescia, ontem no Congresso, a reação contra os juros cobrados pelas instituições financeiras, refletindo irritação que o presidente Itamar Franco teria manifestado pelo fato de que, embora o governo tenha reduzido pela metade os juros pagos na colocação de seus títulos, os banqueiros não repassaram esse benefício aos tomadores. Hoje, os títulos públicos são colocados no mercado com taxas em torno de 16,5% reais ao ano (fora a inflação), enquanto os bancos estão emprestando aos tomadores a taxas que variam de 30% a 50% reais ao ano, nos empréstimos para capital de giro ou de cheques especiais.

O líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), informou ontem que pretende apresentar uma proposta concreta sobre essa questão ao presidente Itamar Franco. A idéia do deputado é prefixar as taxas em alguns tipos de empréstimo destinados à produção. Para isso, sugere elevar o depósito compulsório sobre os bancos.



Dívida cara

Cardoso: União gastará este ano US\$ 10 bilhões com os juros dos títulos públicos federais